

GILMAR ALVES ALMEIDA SANTOS
MÁRIO CÉSAR DOS SANTOS
PATRICIA EVANGELISTI
VANESSA LEÃO FRANCHI FERREIRA

Grande Etapa da Educação Brasileira: O Jesuitismo.

São Paulo - 2019

GILMAR ALVES ALMEIDA SANTOS
MÁRIO CÉSAR DOS SANTOS
PATRICIA EVANGELISTI
VANESSA LEÃO FRANCHI FERREIRA

Grande Etapa da Educação Brasileira: O Jesuitismo.

Trabalho de aproveitamento de curso de Teorias, Políticas e Culturas em Educação do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho, ministrada pelo Prof. Dr. José Eustáquio Romão.

SUMÁRIO

1. RESUMO / ABSTRACT
2. INTRODUÇÃO
3. CONTEXTO HISTÓRICO
4. OS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL
5. A ORDEM JESUÍTICA
6. O JESUITISMO NO BRASIL
7. CONCLUSÃO
8. REFERÊNCIAS

1. RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo buscar entendermos um pouco mais sobre a etapa da educação brasileira conhecida como Jesuitismo. Para isso, procuramos fazer uma breve introdução e depois escrevemos sobre o contexto histórico dessa época. Em seguida escrevemos sobre os índios no Brasil e logo após, discorremos sobre a ordem jesuítica, sobre o jesuitismo no Brasil e procuramos explanar as etapas que envolvem a educação colonial brasileira. Entrecortamos o texto com trechos de cartas escritas no Brasil ao rei e aos jesuítas em Portugal. Vale lembrar que estas cartas são documentos valiosos que aproximam o leitor ao contingente de vida dos jesuítas e nativos brasileiros. São verdadeiras especialidades no resgate de uma realidade que se esvaiu, desapareceu.

Palavras-chave: Colonização, Jesuítas, Jesuitismo.

ABSTRACT

One of the purpose of this study is to understand a little more about the Brazilian education stage known as Jesuitism. For this, we try to make a brief introduction and after that we wrote about the historical context of that time. Then we write about the native people in Brazil and shortly afterwards, we talk about the Jesuit order, Jesuitism in Brazil and we try to explain the stages that involve Brazilian colonial education. We intersect the text with excerpts from letters written in Brazil to the king and the Jesuits in Portugal. It is worth remembering that these letters are valuable documents that bring the reader close to the life contingent of Brazilian Jesuits and natives. They are real specialties in the rescue of a reality that has vanished, disappeared.

Keywords: Colonization, Jesuits, Jesuitism.

2. INTRODUÇÃO

Talvez ainda não completamente livres de seus preconceitos de classe, os modernistas brasileiros, na tentativa de fazer ver (mesmo que afrancesadamente) o Brasil que reside na sua resistência de ser, denunciam as crueldades e fontes de domínios do colonizador e, mais importante que isso, a

permanência dessas formas em nosso imaginário social. Em um poema de 1925, “Erro de Português”, Oswald de Andrade (que bem estudara sua rebeldia no Velho Mundo) nos põe diante da permanência do domínio colonizador por meio da imposição cultural:

Erro de Português

Quando o português chegou
Debaixo duma bruta chuva
Vestiu o índio
Que pena!
Fosse uma manhã de sol
O índio tinha despido
O Português(Andrade, 1976; p197)

Dividido ao meio pelo verso “Que pena!”, é visível que o poema é constituído de duas partes: a primeira simboliza a maneira como se deu a apropriação da terra pelos portugueses, com sua conseqüente imposição cultural; a segunda, na ordem do desejo, o que poderia ter acontecido se, na sua chegada, os portugueses tivessem encontrado outras circunstâncias climáticas.

No típico tom de deboche dos modernistas (vale lembrar que o deboche é uma forma eficaz de se fazer política, pois dessacraliza os objetos e pessoas tidos como intocáveis), o que se afigura é que o português teria se “nativizado”, se despido de sua civilização e do que nela há de impositiva-imperialista, se aqui tivessem chegado em “uma manhã de sol”.

O fato curioso dos portugueses terem chegado em dia de chuva, portanto, em clima desfavorável à integração solar, viva, com a terra e com o outro, representa o que o português europeu já tem preparado para si e sua forma de pensar, tanto política quanto filosoficamente, desde sempre: sua desconfiança da natureza e sua proteção contra ela. Não se admira, por exemplo, Pero Vaz de Caminha “das vergonhas” expostas das nativas?

Assim, veste-se o índio, num ato de vergonha, mas também de quem, desavergonhado, contempla com malícia a nudez que não escandaliza o nu, mas, sim, o vestido, cujas vestimentas incluem truques e artimanhas de quem quer se ver senhor do nu alheio.

Além disso, impõe-se ao nativo, um modo de ser na sua terra que não condiz com sua terra, um modo de ser hibernal numa terra de sol, e que soll!

Depois, mais românticamente, vai-se se imaginar uma figura indígena, sim, integrada à sua terra, mas cheia de ternuras e desejos em direção ao “herói Martin”, homem de guerra e, curiosamente, da civilização¹.

O apelo irônico de Oswald, portanto, não é um aceno para um passado de circunstâncias que não podem ser alteradas, mas uma denúncia de como essas circunstâncias, na verdade muito intencionais, permanecem no mecanismo que continua a ser a regra de como o processo de dominação colonialista é estruturante de nossa sociedade.

Antes, tolhendo o nu; agora, impondo uma gramática. Uma mesóclise na fala do brasileiro nada mais é, na linguagem, o equivalente de, na vestimenta, a boa norma social de sermos obrigados a usar terno e gravata em repartições públicas com temperaturas acima de 30 graus. Quer-se que nos vistamos e que falemos de forma estranha ao que somos, pois, assim, o que é nosso sempre será desvalorizado e inculto.

“Erro de Português”, o título do poema, nos remete à expressão corrente para se designar os desvios da norma culta padrão da língua portuguesa. Ao lermos o poema, no entanto, encontramos o erro “do”, não “de”, português. E seu erro, o do português, foi não ter, ele também, ficado nativamente, culturalmente, quiçá metafisicamente nu com o indígena. Com um suposto gramatical “erro de português”, portanto, se constata o erro civilizacional “do português” e, por fim, se subverte, do primitivo² para o artificial, o que deve ser dominante: o falar brasileiro, não mais com as vergonhas da gramática, deve seguir livre na sua elaboração, pois está mais integrado à sua forma de estar no mundo. Já as gramáticas e roupas europeias, artificiais aqui (e apesar de toda a violência com as quais foram implementadas) não podem aniquilar o que de mais forte se enraíza na nossa cultura e, portanto, livrar-se delas, subvertê-las, rir-se delas, é irmos ao encontro do que deixamos ficar para trás.

Por um lado, pedimos desculpas por este longo comentário ao poema de Oswald de Andrade em um trabalho cujas temáticas são a fase jesuítica da educação no Brasil e, também, o “método mútuo”; por outro lado, no entanto, à guisa de introdução, nossa análise do poema se justifica, pois não seria, de certa forma, parte significativa da história da educação brasileira a história de

¹ Fazemos alusão, aqui, ao personagem Martin, do livro *Iracema*, de José de Alencar.

² Usamos o termo “primitivo”, aqui, no sentido “daquilo que vem primeiro”, que “está na origem”.

como, por métodos de educação para a conversão forçada ou, mais modernamente, a educação de grandes conglomerados internacionais para o “mercado de trabalho”, diferentes capítulos da má conjugação do “errar português”?

Por outro lado, no entanto, estamos na terra cujo patrono da educação é Paulo Freire. E com ele aprendemos que educação só se faz verdadeiramente quando ligada à conscientização crítica do sujeito que vive no tempo lidando com as realidades desse tempo e desse espaço de construção múltipla de saberes.

Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, em vez de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispusesse a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. A uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão. Que o indicasse com métodos e processo científicos. Não podíamos compreender numa sociedade dinamicamente em fase de transição, uma educação que levasse o homem a posição quietistas em vez daquela que o levasse à procura da verdade em comum, “ouvindo, perguntando, investigando”. Só podíamos compreender uma educação que fizesse o homem um ser cada vez mais consciente de sua transitividade, que deve ser usada tanto quanto possível, criticamente, ou com acento cada vez maior de racionalidade(Freire, 2014, pp. 118-119).

3. Contexto Histórico do Jesuitismo

Para tratarmos do Jesuitismo, um dos nossos objetos de estudo, é necessário abrir um leque de informações como pano de fundo para entendermos como ocorreu a instauração dessa ordem no Brasil e suas consequências no que se refere à educação.

No contexto da Revolução Burguesa é que nasce o Jesuitismo no Brasil. Essa Revolução foi um movimento que englobou grandes transformações no âmbito econômico, cultural, religioso e político no mundo, essas mudanças ocorreram nos séculos XV, XVI, XVII e XVIII. Foram vários os países que despontaram num ou noutro aspecto nos diferentes momentos desta revolução, cujo processo durou aproximadamente 300 anos.

A Revolução Cultural despontou na França enquanto que a Revolução Industrial eclodiu na Inglaterra e, na Alemanha, a Revolução Religiosa, que teve seu início através das ideias de Martinho Lutero, confrontou os poderes sediados em Roma. Já a Revolução burguesa-econômica começa na península Ibérica, onde coube a Portugal e Espanha liderarem o período de conquistas de território e criação das colônias, através das navegações. Isso transformaria a economia e impulsionaria uma nova categoria política que hoje conhecemos como Burguesia que tem como seu modo de produção o Capitalismo.

Toda a riqueza conquistada por Portugal e Espanha fora, entretanto, dilapidada, pois os portugueses queriam viver como os nobres, o que significa viver parasitariamente. Portugal e Espanha não investiram em propriedades a fim de reaproveitar as riquezas acumuladas e, apesar de terem adquirido fortuna inimaginável, ela acabou por se esvaír.

Enquanto Portugal e Espanha ambicionavam o poder da classe dominante da época, usufruindo sem limites os recursos adquiridos nas colônias, os ingleses, por sua vez, acumularam recursos, inclusive aqueles vindos da pirataria, utilizando-os para novos fins pensando em aumentar sua riqueza. Apesar de a Revolução Burguesa, do ponto de vista econômico, ter começado na Península Ibérica, foi a Inglaterra o país que engendrou em sua sociedade grandes transformações numa postura que podemos chamar de revolucionária.

Uma vez descobertas as terras da América e estabelecidos os primeiros limites territoriais da colônia portuguesa, o período de 1500 a 1530 foi de relativo abandono, tendo em vista que os esforços de Portugal se concentravam nas Índias. Nesse período aconteciam no Brasil as expedições exploradoras para a defesa do território.

Podemos verificar, por meio da primeira carta de Pero Vaz de Caminha escrita ao rei de Portugal, um apanhado do contato inicial com os indígenas:

E, velejando nós pela costa, obra de dez léguas do sítio donde tínhamos levantado ferro, acharam os ditos navios pequenos um recife com um porto dentro, muito bom e muito seguro, com uma mui larga entrada. E meteram-se dentro e amainaram. As naus arribaram sobre eles; e um pouco antes do sol posto amainaram também, obra de uma légua do recife, e ancoraram em onze braças.

E estando Afonso Lopes, nosso piloto, em um daqueles navios pequenos, por mandado do Capitão, por ser homem vivo e destro para isso, meteu-se logo no esquife a sondar o porto dentro; e tomou dois daqueles homens da terra, mancebos e de bons corpos, que estavam numa almadia. Um deles trazia um arco e seis ou sete setas; e na praia andavam muitos com seus arcos e setas; mas de nada lhes serviram. Trouxe-os logo, já de noite, ao Capitão, em cuja nau foram recebidos com muito prazer e festa.

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos.

Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto(Caminha, 2019, p. 2)

De 1530 até 1549 a colonização e o povoamento se deram pela iniciativa privada. Fernando de Noronha foi o primeiro a vir para a colônia e nela investir. O sistema de capitanias hereditárias foi um sistema de colonização com características privadas. Em 1549 Portugal instituiu Tomé de Souza como o Governador Geral do Brasil, ele não substituiu o sistema de capitanias hereditárias, mas as terras foram integradas ao governo geral aos poucos, o que modificou o formato da colonização de privada para estatal.

Em sua obra *Dialética da Colonização*, Alfredo Bosi trata das relações semânticas das palavras *cultura*, *culto* e *colonização*. Informa-nos o autor que todas elas “derivam do mesmo verbo latino *colo*, cujo o particípio passado é *cultuse* o particípio futuro é *culturus*(Bosi, 1996, p. 11)”.

Para resumir a longa e erudita exposição do crítico literário, podemos dizer que dessas palavras derivam uma multiplicidade de sentidos relacionados tanto à habitação da terra, quanto ao seu cultivo e domínio técnico da natureza, mas também do culto religioso.

No que diz respeito à habitação, há o *incolae* o *colono*. Aquele é o habitante nativo; este, o que emigra para se tornar, apesar da contradição, *incolaem* terra alheia. Quanto ao cultivo da natureza, temos a concepção, por exemplo, de agrícola que é quem, por meio da técnica, submete a natureza às necessidades humanas, mas que, se tomada por uma ideologia, pode se transformar no domínio do homem sobre outro homem. Por último, o habitante mais “íntimo” da terra são os mortos. Cultivar os mortos é a origem do culto na sua acepção religiosa. Colonizar, portanto, se implica o domínio técnico da terra e do homem, também significa fazer compartilhar “do culto devido”, isto é, significa também catequizar. Uma coisa está implícita na outra(Bosi, 1996, pp. 11-19) .

A aparência, portanto, de um primeiro contato pacífico entre colonizadores com os autóctones, como veremos no trecho abaixo da carta de Caminha, era, apenas, a transição para o domínio puro e simples.

Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença. E portanto, se os degredados, que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hão de fazer cristãos e crer em nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho, que lhes quiserem dar. E pois Nosso Senhor, que lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa. Portanto Vossa Alteza, que tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da sua salvação. E prazera a Deus que com pouco trabalho seja assim (Caminha, 2019, p. 12).

Enquanto isso, as várias nações de povos, filhos da terra, foram sucumbindo à imposição dos colonizadores do Brasil. Inicialmente esses povos ainda livres, faziam trocas não equivalentes com os colonizadores (troçava-se uma infinidade de madeira por um espelho, por exemplo). Posteriormente, eles foram escravizados e dizimados, fosse pela luta no momento da apreensão ou pelos maus tratos quando cativos. Entretanto, o indígena não se acostumava ao cativeiro, tentava fugas, sucumbia, além disso, as próprias tribos travavam lutas entre si, uma vez que as do litoral perderam seu espaço e adentraram ao interior do país, invadindo territórios de outras tribos.

Um grande genocídio da humanidade foi feito pelos ibéricos na América Latina, eles destruíram mais de duzentas nações de Pindorama, nome original das terras.

Dito isso, pensemos em Portugal enquanto conquistador e colonizador das terras, hoje conhecidas como terras brasileiras, mas, sobretudo que ele não fez a História da Colonização sozinha, pois a Igreja articulou as chamadas missões que transitaram pela costa das terras recém-descobertas, contatando os nativos para reconhecer-lhes os hábitos e transformá-los segundo a fé cristã:

Primeiramente sabereis que o padre Nóbrega chegou á Bahia de visitar e correr as capitánias, e logo ordenou que o padre Navarro fosse ao Porto Seguro a trasladar as orações e sermões em língua da terra com alguns intérpretes que para isso havia mui bons (Cartas Jesuíticas II- Cartas Avulsas 1550- 1568, 1931, pp. 75-76)

Até 1808, o Brasil foi colônia de Portugal, mas em virtude da vinda da corte e da família real portuguesa para o Brasil isso começou a mudar, pois a colônia, antes exaurida e desconsiderada, precisava acolher a nata da sociedade, bem como, seu luxo e conforto. Para tanto muitas medidas socioeconômicas, políticas e culturais se deram, inclusive a busca pela consolidação de uma formação educacional coerente com a nobreza que passava a residir em terras brasileiras, questões essas que trataremos um pouco mais adiante.

4. OS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

Os autóctones ou nativos desta terra recém-descoberta pelos portugueses viriam a ser denominados de índios, pois os portugueses pensaram que tinham chegado às Índias. Para as populações indígenas, no entanto, a terra onde habitavam, seu lar, não era uma promessa de realizações de um futuro que se abria a algum tipo de império, mas o lugar onde se dava o modo dessas populações de estar no mundo. Se, para o português, aquela terra era algo, para usarmos um vocabulário da filosofia aristotélica e da escolástica, *em potência* (potência de um vir-a-ser de um projeto imperialista), para os habitantes autóctones, tratava-se de um lar em “ato”. Darcy Ribeiro, ao relatar o estranhamento dos nativos, mostra-nos e seguinte:

Os índios perceberam a chegada do europeu como um acontecimento espantoso, só assimilável em sua visão mítica do mundo. Seriam gente de seu deus sol, o criador - Maíra -, que vinha milagrosamente sobre as ondas do mar grosso. Não havia como interpretar seus desígnios, tanto podiam ser ferozes como pacíficos, espoliadores ou dadores (RIBEIRO, 1995, p. 42).

Podemos, ainda, verificar num trecho da carta de Caminha como os colonizadores percebiam, com seu olhar estrangeiro, os hábitos do povo que habitava o Brasil:

Ali falavam e traziam muitos arcos e continhas daquelas já ditas, e resgatavam-nas por qualquer coisa, em tal maneira que os nossos trouxeram dali para as naus muitos arcos e setas e contas. Então tornou-se o Capitão aquém do rio, e logo acudiram muitos à beira dele.

Ali veríeis galantes, pintados de preto e vermelho, e quartejados, assim nos corpos, como nas pernas, que, certo, pareciam bem assim. Também andavam, entre eles, quatro ou cinco mulheres moças, nuas como eles, que não pareciam mal. Entre elas andava uma com uma coxa, do joelho até o quadril, e a nádega, toda tinta daquela tintura preta; e o resto, tudo da sua própria cor. Outra trazia ambos os joelhos, com as curvas assim tintas, e também os colos dos pés; e suas vergonhas tão nuas e com tanta inocência descobertas, que nisso não havia nenhuma vergonha(Caminha, 2019, p. 7).

Com este olhar, o índio passou a ter maior contato com essa “gente” e no decorrer da trajetória, o que era belo e metafísico se tornou seu pior pesadelo, transfigurando seu passado e matando seu presente para que não houvesse um futuro. Já para o português, a ótica era ao contrário, era uma terra de oportunidades a ser explorada e saqueada, pois não compreendia em nada o jeito de viver daquele povo que habitava o lugar:

Aos olhos dos recém-chegados, aquela indiada louçã, de encher os olhos só pelo prazer de vê-los, aos homens e às mulheres, com seus corpos em flor, tinha um defeito capital: eram vadios, vivendo uma vida inútil e sem prestança. Que é que produziam? Nada. Que é que amealhavam? Nada. Viviam suas fúteis vidas fartas, como se neste mundo só lhes coubesse viver.

Aos olhos dos índios, os oriundos do mar oceano pareciam aflitos demais. Por que se afanavam tanto em seus fazimentos? Por que acumulavam tudo, gostando mais de tomar e reter do que de dar, intercambiar? Sua sofreguidão seria inverossímil se não fosse tão visível no empenho de juntar toras de pau vermelho, como se estivessem condenados, para sobreviver, a alcançá-las e embarcá-las incansavelmente?

Temeriam eles, acaso, que as florestas fossem acabar e, com elas, as aves e as caças? Que os rios e o mar fossem secar, matando os peixes todos? (RIBEIRO, 1995, p. 45)

O estranhamento inicial deu lugar à submissão do índio ora pela força, com a escravidão, ora pelos recursos de convencimento estabelecidos através da convivência com os jesuítas principalmente por meio da oratória.

Adiante, tratamos do contexto do índio, no que diz respeito a sua cultura e costumes, levando em consideração que os índios tinham sua própria economia, organização social, educação etc. Verificamos brevemente, com Saviani (Saviani, 2013, p. 33), como essas questões se construíram historicamente. A economia indígena se dava, em geral, pelo meio coletivo e de subsistência, isso se realizava desde a caça, pesca, coleta de frutos, plantação de milho, mandioca dentre outras atividades. Essa economia, segundo Florestan Fernandes, era “capaz de satisfazer às necessidades dos membros do grupo social sem nenhuma troca”(apud.SAVIANI, 2013, p. 33).

A sociabilidade indígena, assim constituída, é espantosa para o português ansioso por glória, conquista e, de maneira incipiente, acúmulo de bens:

Eles não lavram, nem criam. Não há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame, que aqui há muito, e dessa semente e frutos, que a terra e as árvores de si lançam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios, que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos(Caminha, 2019, p. 12)

De acordo com Saviani (Saviani, 2013, pp. 36-39), a organização social dos índios era composta por pelo menos cinco grupos de Tupinambás e se dividiam de acordo com suas idades, em grupos de homens e, separadamente, de mulheres. Esses grupos tinham suas particularidades, bem como suas obrigações próprias: os meninos e meninas ajudavam os grupos a que pertenciam. Os meninos, por exemplo, aprendiam a usar arco e flecha, imitar os sons dos pássaros e, já com certa idade, acompanhavam seus pais para se preparar para a vida adulta. Também participavam de cerimônias amorosas como iniciação da maioridade. Quando adultos, eles eram admitidos nos bandos guerreiros, aprendiam sobre as tradições de seu povo e os ensinamentos dos pajés. Podiam, bem preparados, então, tornarem-se pajés, chefes ou líderes guerreiros. As meninas, por sua vez, quando crianças, aprendiam a fiação de algodão, amassavam barro para a fabricação de utensílios, como potes e panelas, semeavam, plantavam, fiavam, teciam, preparavam alimentos; quando moças, começavam a aprender e vivenciar os papéis femininos, como auxiliar as famílias nas suas obrigações rituais; quando adultas, tinham inúmeras responsabilidades e tarefas domésticas, como o cuidado e criação dos filhos, carpir os mortos e auxiliar as moças na vida feminina.

Com relação à transmissão da cultura e tradição dos índios, ela se dava por processos diretos, oralmente, na vida cotidiana independente da idade das crianças, esses ensinamentos eram transmitidos, porém preferencialmente pelos pajés, que eram mestres e tinham responsabilidade acerca da vida religiosa e esfera sagrada dos seus.

A educação era aprendida de maneira espontânea, com a realização das tarefas do cotidiano. Essa era apoiada em três elementos, sendo elas, a força da tradição, da ação, do exemplo:

Com efeito havia, aí, uma educação em ato, que se apoiava sobre três elementos básicos: a força da tradição, constituída como um saber puro orientador das ações e decisões dos homens; a força da ação, que configurava a educação como um verdadeiro aprender fazendo; e a força do exemplo, pelo qual cada indivíduo adulto e, particularmente, os velhos ficavam imbuídos da necessidade de considerar suas ações como modelares, expressando em seus comportamentos e palavras o conteúdo da tradição tribal (SAVIANI, 2013, p. 38).

Podemos, com isso, notar que havia toda uma tradição no modo de um viver e de aprender, de conviver uns com outros, do seu próprio meio de subsistência, de crença e valores que estavam enraizados na cultura indígena. Eles, portanto, viveram ao longo de sua história à sua maneira, sem maiores problemas e interferências exteriores, pois todos esses costumes eram transmitidos, respeitados e valorizados de geração em geração, o que ocasionou uma base sólida de organização. O fato de eles terem uma economia própria fazia-lhes compartilhar tudo a todos sem apego aos produtos da terra, pois a terra era própria deles, eles a dominavam e com isso, beneficiavam todos que ali viviam isso se dava de forma harmônica e espontânea, ou seja, eles consumiam somente aquilo que precisavam e então os frutos da terra serviam a todos. A educação, por sua vez, era transmitida pelo exemplo e sabedoria dos pajés, pajés-açu, bem como os membros das tribos com maioria. Não existia um método de ensino, ideias pedagógicas, mas sim uma vasta experiência que fortalecia suas tradições.

Nesse contexto que vimos acima, é que os indígenas são obrigados a lidar com os colonizadores, com a exploração de sua terra, com a extração de suas riquezas, com a interferência de seu modo de convivência, de vida, como, por exemplo, a imposição de vestimenta e da forma em que eles deveriam se portar. Houve a interferência na sua economia, pois eles passam não somente mais a produzir apenas o que eles iriam consumir, mas também para os europeus consumirem, para fazerem barganha. No que diz respeito a suas

crenças e educação, houve uma forte imposição dos jesuítas a ensinar-lhes uma nova língua, instituir escolas para os ensinamentos propostos por eles, sendo assim o ensino sistematizado. Além disso, a determinação de uma nova crença e de uma nova fé, a do catolicismo.

No trecho da carta do Padre Ruy Pereira aos padres e irmãos de Portugal, podemos ler a comparação imagética entre o índio que absorvia o aprendizado e a cera branca em que tudo se pode cunhar:

E pois eu isto sinto em mim, qual de meus caríssimos em Christo não estaria em continuo júbilo, vendo estas cousas? Si venho de fora, vem-me os meninos sahir á dianteira, dizendo: "Louvado seja Jesus Christo. Porque se mais esqueçam de seus costumes e modos de folgar, ensinamos-lhes jogos que usam lá os meninos no Reino; tomam-os tão bem e folgam tanto com elles, que parece que toda a sua vidase criaram em isso; deniqueessa nova criação que cá se começa está tão aparelhada pera nella se imprimir tudo o que quizermos (si hover quem favoreça o serviço de Deus) como uma cera branca pera receber qualquer figura, que lhe imprimirem. Não falta mais que virem, meus caríssimos em Christo, a dilatar e estender a vinha do Senhor(Cartas Jesuíticas II- Cartas Avulsas 1550- 1568, 1931, p. 263).

5. A Ordem Jesuítica

A Ordem Jesuítica foi criada por Santo Ignácio de Loyola em 1534, a fim de representar e propagar os ensinamentos da Igreja Católica, aderir adeptos da fé católica e ampliar a educação das pessoas por onde eles passavam. Além disso, o surgimento dessa ordem foi especialmente como resposta a Reforma Protestante³ que havia sido instaurada em toda a Europa, pelo padre agostiniano, Martinho Lutero. Lutero alegava que na Igreja havia muitos abusos do clero no que dizia respeito à venda de indulgências, comércio de cargos eclesiásticos, a venda de dispensas e de relíquias sagradas.

³ Da vasta bibliografia sobre a Reforma Protestante, escolhemos entendê-la segundo as palavras de Arnold Hauser, historiador social da arte, que, embora mantendo, para clareza expositiva, o termo "Reforma", descreve-a como uma Revolução, que é o que de fato ela causa no mundo ocidental, mesmo sabendo que Lutero acaba por trair as classes revolucionárias: "O fato decisivo, porém, para a sociologia da Reforma é que o movimento começou como uma onda de indignação contra a corrupção da Igreja, e que a avareza do clero, o comércio de indulgências e de ofícios eclesiásticos, foi a causa imediata que a desencadeou. As classes oprimidas e exploradas passaram a insistir daí em diante em que a condenação bíblica dos ricos e as promessas feitas aos pobres não se referiam meramente ao Reino dos Céus (...). Com verdadeiro faro político, Lutero parece ter avaliado que as perspectivas das classes revolucionárias eram muito desfavoráveis e, aos poucos, tomou completamente o partido daquelas classes sociais cujos interesses estavam vinculados à preservação da lei e da ordem". (Hauser, 2000, p. 382)

Então, o ex-padre agostiniano fez algumas denúncias sobre a Igreja Católica e escreveu 95 (noventa e cinco) teses a respeito de uma nova forma de ver o Cristianismo, com isso Lutero foi excomungado da Igreja e ele, por sua vez, instaura uma Reforma Protestante. Com isso, a Igreja se divide entre Católicos e Protestantes.

Lutero nega a tradição da Igreja que valoriza os intermediários para a realização da fé cristã. Para ele, o homem é o centro de onde parte a transformação e os homens são salvos pela fé nos atos de Jesus. Essas afirmações do Protestantismo estavam alinhadas com o Iluminismo. Além disso, os protestantes contestavam também o poderio da Igreja Católica.

A evocação das palavras de São Paulo, segundo o Novo Testamento, reforçava a tradição da transmissão oral na Igreja em contraposição à proposta de Lutero, a de que o acesso à leitura dos textos traduzidos dos originais impediria as possíveis desvirtuações da escritura quando esta era apresentada oralmente por intermediários padres e missionários. Esta ideia estava contida na tese de Lutero, a *sola fideet sola scriptura* (só a fé e as Escrituras bastam para a salvação).

Em resposta, a Igreja Católica, personificada por seus dirigentes faz a “Contrarreforma”, que propõe o maior fortalecimento de suas bases. Cria-se, então, O Concílio de Trento, como grande manifestação que durou mais de uma década, nele muitas práticas desta instituição foram revistas no sentido de fortalecê-la. É nesse espírito que a ordem dos Jesuítas é formada.

A Coroa Portuguesa apoiou as decisões do Concílio na sua totalidade e abriu as portas da colônia para a entrada dos jesuítas:

(...) não se pode esquecer de que os jesuítas foram os guias intelectuais e sociais da colônia por mais de dois séculos e que, certamente, sem eles talvez fosse impossível ao conquistador lusitano preservar a unidade de sua cultura e de sua civilização (AZEVEDO, 1976 , p. 18).

Aos poucos as ordens religiosas aqui se estabeleceram, como os Franciscanos (que além de ensinar a doutrina da Igreja, ensinavam o cultivo da terra e os ofícios ligados a essa prática) e os Beneditinos (que não tinham, por sua vez, uma preocupação com a educação, mas, apenas, em construir mosteiros e viver a vida de forma contemplativa). Entre essas ordens, a ordem

de maior influência no Brasil foi, sem dúvida, a ordem jesuíta, por estar intimamente ligada a preocupação com a educação e catequese.

Para o clero, a crise que a reforma religiosa incitou precisava ser contida e as colônias se tornaram interessantes para a Igreja devido ao contingente populacional ainda não convertido à fé cristã, mas que poderia a ela ser agregado, aumentando, também, o número de súditos do império. Quanto maior o alcance da catequese católica, maior sua influência sobre o comportamento dos nativos: *“A comunidade dos fiéis incluía necessariamente todas as populações gentias das novas terras conquistadas por espanhóis e portugueses(Hansen, 2000, p. 20)”*.

A Companhia de Jesus, muito provavelmente porque seu fundador, Santo Inácio de Loyola, foi soldado antes de sua conversão, era uma organização que, de certa forma, possuía uma normatização interna semelhante à de instituições militares. Os inimigos que precisavam ser derrotados, por essa força analogamente militar, eram os protestantes e, por muito tempo, aqueles de nacionalidade holandesa. Os meios que os jesuítas empregavam para derrotar e banir os inimigos eram de toda ordem: político-diplomáticos, pelo confronto bélico e pela catequese indígena (pois, além de promover a “conversão dos índios”, aumenta o contingente de “soldados” para expulsão dos inimigos).

Com esses objetivos, entre suas missões, estava a de instituir modelos de instruções gerais, o que era visto com muitos bons olhos pela Coroa Portuguesa, que também necessitava de maior instrução:

Na segunda metade do século XVI, Portugal atravessava um período de indefinição, iniciando o despertar para a nova cultura da Renascença. Sem tradições educacionais, o seu sistema escolar começava a esboçar-se, com o analfabetismo dominando não somente as massas populares e a pequena burguesia, como a nobreza e a família real. Ler e escrever eram um privilégio de poucos, ou seja, de alguns membros da igreja ou de alguns funcionários públicos. Portanto, pouco tinha a Metrópole a oferecer em termos de exemplo, se os quisesse dar. Por outro lado, a carência da Metrópole aumentava as responsabilidades atribuídas à Companhia de Jesus, uma vez que a ela cabia a significativa responsabilidade da aculturação sistemática dos nativos pela fé católica, pela catequese e pela instrução(Rocha, 2005, p. 20).

Ao mesmo tempo em que a fé romana precisava de adeptos crentes, seguidores fechados em sua ignorância e dependência, precisava também

intelectualizar seus religiosos, pois muitos padres e missionários eram analfabetos e isto contrastava com a postura da nova corrente cristã que surgia através de homem politizado e culto.

Enquanto as ideias iluministas focadas no homem competente (protestantes) estavam começando a se espalhar pelo mundo, o espírito Anti-Illuminista, da dependência iletrada (católicos) foi espalhado pelos Jesuítas: “

Nenhuma das pessoas empregadas em serviços domésticos pela Companhia deverá saber ler e escrever, e elas não deverão ser instruídas nestes assuntos, a não ser com o consentimento do Geral da Ordem, porque para servir a Deus basta a simplicidade e a humildade(PONCE, 1963, p. 119).

Um encadeamento de ideias a respeito do uso da razão para o juízo determinava que o foro interno humano era foro de Deus, ou seja: É no ambiente interno de cada um que habita a luz divina da consciência. É esta luz divina que determina também o foro externo, expresso no uso da palavra e das ações. Esta premissa delegava aos representantes da Igreja maiores poderes por serem considerados autoridades e, portanto, capazes de maior uso da razão no foro interno. Segundo a Igreja era Deus quem concedia o poder ao rei, por conseguinte as solicitações do Estado deveriam também estar de acordo com o uso do juízo interno, por Ele orientado.

A Igreja e Estado constituíam um duo na organização sócio-política do país. Enquanto o Papa era considerado infalível e divino, pois pela Igreja ele é sucessor de Pedro, e Pedro aquele que foi designado por Jesus para ser o primeiro dirigente da Igreja, com isso, o poder do rei estava garantido, pois estava nos conformes da lei de Deus. Desnecessário dizer que as instituições culturais e econômicas estavam também diretamente ligadas a este duo. O rei representava todo um povo que transferia para ele o poder de governar. O corpo místico da comunidade era representado pelo monarca. Ele se origina das vontades unificadas do povo.

Se desnudarmos o caráter ideológico desta proposta, encontraremos como fundamentação a manutenção do poder. Esta era a chamada “Política Católica da Coroa”:

(...) A “política católica” levada a efeito como catequese e conquista espiritual das novas terras ocupadas pela expansão mercantilista da monarquia portuguesa pressupunha a definição do reino como corpo místico de ordens sociais integradas como subordinação à pessoa mística do rei(Hansen, 2000, p. 36)

Este era o chamado Pacto de Sujeição. A pregação feita pela autoridade religiosa renovava constantemente a ideia da hierarquia, o que representava naquele contexto a submissão à Igreja e ao rei na personificação de seus representantes.

6. O JESUITISMO NO BRASIL

Como tratamos anteriormente, a educação colonial, para Saviani é dividida em três etapas, sendo elas: em primeiro lugar o Período Heroico que segue de 1549 até 1597, com a vinda dos Jesuítas ao Brasil até a morte do Padre Manuel da Nóbrega; depois, o período do *Ratio Studiorum*, de 1599 a 1759; e, por último, de 1759 até 1808, a fase em que Marquês de Pombal expulsa os jesuítas do Brasil e estabelece a Reforma Pombalina(Saviani, 2013, p. 31).

O primeiro período tem como característica a chegada dos primeiros Jesuítas ao Brasil, ordenado pelo rei de Portugal com a missão de atrair fiéis para o catolicismo por meio da catequização.

Para que o ensino pudesse ser concretizado, os Jesuítas criaram colégios e seminários, mas eles acreditavam que a catequização não se daria somente pela inserção dos índios aos colégios, conhecido na época por práticas pedagógicas institucionais, ensino do português (alfabetização), do latim, de música e doutrina cristã, mas também havia as práticas pedagógicas não institucionais, que dar-se-iam, principalmente, pelo exemplo: questões morais, normas disciplinares e um ofício de produção.

Em carta de António Rodrigues para o Pe. Manoel da Nóbrega lê-se alguns dos sucessos de implementação desse modelo pedagógico:

Já temos nesta casa pela bondade do Senhor mais de duzentos meninos Indiosinhos, que continuamente se occupam na doutrina e cousas pertencentes á Fé. Espero no Senhor que mui breve chegarão a duzentos e cincoenta, porque do Caron trazem os pães a seus filhos e m'os entregam com grande edificação de palavras, e tomando cada um seu filho pela mão me dizem: "Eis aqui meu filho, ensinae-o, pouco

a pouco aprenderá e depois nos irá ensinar as cousas do Senhor." E a elles dizem que não fujam e para qualquer cousa me peçam licença, e me sejam obedientes e sujeitos em tudo que lhes mandar. Elles também dizem que querem ser christãos(Cartas Jesuiticas II- Cartas Avulsas 1550- 1568, 1931, p. 237) .

Porém, o ensino da leitura e da escrita eram destinados apenas aos homens e aos meninos, porque a mulher era vista como inferior pelos colonizadores: *“tanto as mulheres brancas, ricas ou empobrecidas, como as negras escravas e as indígenas não tinham acesso à arte de ler e escrever”* (Ribeiro, 1995, p. 79), sendo assim, elas deveriam ser aquelas que cuidam da família e dos filhos, tendo como missão a procriação:

Elas deveriam ser diligentes, honestas, ordeiras, asseadas; a elas caberia controlar seus homens e formar os novos trabalhadores do país. Àquelas que seriam as mães dos líderes, também se atribuía a tarefa de orientação dos filhos e filhas, a manutenção de um lar afastado dos distúrbios e perturbações do mundo exterior. (...)E a chave principal desse projeto educativo seria uma sólida formação cristã, (...)tendo a Virgem Maria como modelo tanto para a sagrada missão da maternidade quanto para a manutenção da pureza feminina (LOURO, 2001, p. 447).

Mesmo os poetas, não valorizavam a instrução feminina, de modo que Gonçalo Trancoso, o poeta português mais lido entre 1560 e 1600, afirmava que a mulher não tinha necessidade de ler nem escrever, e que se possível, que nem falasse: *“Afirmo que é bom aquele refrão que diz: a mulher honrada deve ser sempre calada”* disse o poeta (RIBEIRO, 1995, p. 79), fazendo parte do *imbecillitussexu* ou sexo imbecil (RIBEIRO, 1995, p.79).

Acreditava-se por outro lado que os homens deveriam ser os chefes da família e que tudo estava em seu poderio, bem como sua mulher: “o pater famílias autoritário, dominava tudo: a economia, a sociedade, a política, os parentes e agregados, os filhos e a esposa submissa”(ROCHA-COUTINHO, 1994, p.67), além disso, os colonizadores pensavam que deveriam definir e patronizar regras para que houvesse uma normatização na forma de pensar e se comportar: *“ditando hábitos e costumes, normatizando corpos e esculpindo mentes, organizando, assim, uma escala axiológica que regra comportamentos e modela uma teia inconsútil nas relações entre homens e mulheres*(ALMEIDA, 2007, p.15)”.

A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções, criam sua cultura em sua sociedade (BRANDÃO, 2013). Nessa vertente, Saviani (2008) entende a educação sendo um processo pelo qual a humanidade elabora a si mesmo em todos os seus mais variados aspectos, assim, Manacorda (1989, p. 6) citado por Saviani (2008) sintetiza essa educação dos colonizadores sobre os colonizados, em três pontos básicos: *“na inculturação nas tradições e nos costumes (ou aculturação, no caso de procederem não no dinamismo interno, mas do externo), na instrução intelectual em seus dois aspectos, o informal instrumental (ler, escrever, contar) e o concreto (conteúdo do conhecimento), e, finalmente, na aprendizagem do ofício”*.

Paiva (2007) afirma que a escola, escolarização e alfabetização tem sentido típico em cada época, em cada contexto social, que desde que os jesuítas ao chegarem ao Brasil, eles estabeleceram escolas e começaram a ensinar a ler, a escrever, a contar e cantar. Assim, supomos que o modelo educacional proposto pelos jesuítas era o de formar um modelo de ser humano baseado nos princípios escolásticos, o que era coerente com as necessidades e aspirações de uma sociedade em formação da primeira fase do período colonial brasileiro (SHIGUNOV NETO & MACIEL, 2008).

Os jesuítas chegaram com tão forte influência no Brasil que, segundo Freyre (1933) por meio de Azevedo (1976), no primeiro século de colonização, o colégio dos jesuítas chegou a fazer sombra à casa-grande⁴ e aos sobrados patriarcais⁵, na sua autoridade sobre o menino, a mulher e o escravo. Que nessa época, na família patriarcal o senhor de engenho⁶ era autoridade suprema que dominava não só a escravaria, mas a mulher e os filhos e também a administração da justiça e a polícia de sua região.

⁴Os grandes latifundiários concentravam poderes sobre homens, mulheres e grandes extensões territoriais. Suas casas-grandes representavam o poder que detinham nas mãos.

⁵O **Patriarcalismo** tem como definição ideológica a supremacia do homem nas relações sociais. O termo **Patriarcalismo** é oriundo de patriarcado, que, por sua vez, tem origem na palavra grega *pater*. A primeira vez que o termo foi usado com conotação de preponderância do homem na organização social foi pelos hebreus com o propósito de qualificação do líder de uma sociedade judaica.

⁶Um engenho de açúcar era o nome dado ao lugar que produzia açúcar e ia desde o processo de plantio da cana, passando pela sua transformação em açúcar e seus derivados, como o melaço e a cachaça. Esse tipo de cultura no Brasil foi adotado com o sistema chamado “plantation” que tinha como base o latifúndio (grandes terras), a monocultura e a mão de obra escrava. Esses engenhos de açúcar eram de propriedade do chamado **senhor de engenho** e eram constituídos da casa-grande, senzala e moenda (onde ocorria a produção de açúcar). <https://www.infoescola.com/brasil-colonia/casa-grande/patriarcalismo/senhor-de-engenho/>, acessado em 01/05/20019 às 15:03

Embora pontuemos a importância da educação para o ser humano no contexto social, de maneira que as pessoas criam para tornar comum, como o saber, a ideia, aquilo que é comunitário como o bem, o trabalho ou a vida, ela pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa seu poder e seu controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os seres humanos, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos (BRANDÃO, 2013):

Os jesuítas tornaram-se uma poderosa e eficiente congregação religiosa, em parte em função de seus princípios fundamentais, que eram a busca da perfeição humana por intermédio da palavra de Deus e a vontade dos homens; a obediência absoluta e sem limites aos superiores; a disciplina severa e rígida; a hierarquia baseada na estrutura militar; e a valorização da aptidão pessoal de seus membros. Tiveram uma grande expansão nas primeiras décadas de sua formação, constatada pelo crescimento de seus membros, pois em 1856 contava com mil membros e em 1606 esse número cresceu para 13 mil (SHIGUNOV NETO& MACIEL, 2008).

Podemos verificar isso, com um trecho da carta que o Pe. Antônio Pires escreveu do Brasil, da capitania de Pernambuco, aos irmãos da Companhia de 02 de agosto de 1551:

(...) está este porto tão reformado, que não sinto terra povoada de gente tão mal acostumada em pecados, como esta, que possa estar tão reformada em bons costumes e virtudes. O Governador, por suas virtudes, nos ajuda muito, e em tudo favorece nossa causa(Cartas Jesuíticas II- Cartas Avulsas 1550- 1568, Oficina Industrial gráfica- 1931, p. 81).

Na obra “Novas Cartas Jesuíticas, de Nóbrega a Vieira” encontramos algo que ainda gostaríamos de elucidar. Refere-se às dificuldades dos Jesuítas em seu trabalho.

Muito desejosos estamos já todos de ir descobrir o sertão, porque nos diz o espírito que está lá grande tesouro de almas, e a nenhuma parte poderemos ir que não haja melhor disposição, para fazer cristãos, que nas Capitánias, por quanto mal têm estas de perto conhecido dos homens brancos, os quais nos não crerão totalmente senão com o tempo, depois de muito experimentada nossa verdade e vida. E ainda que as novas que temos dos gentios nos alvoroçam muito, dilatamos a ida até agora, por causa destas casas dos meninos, que queríamos deixar bem começadas, e em que fique fundamento da Companhia, se porventura nos matarem e nos comerem a todos os que formos. Mande V.º R.ª logo muitos, para que haja para deixar nos Colégios e levar dos dois ou três, que cá estão; e com eles e com o Bispo teremos lugar para ir ganhando terra adiante. E não deixe, de toda a maneira, este ano, de mandar muitos padres, pois são tão necessários, e os prometeu, e sejam tais, quais muitas vezes tenho escrito. A nossa igreja, que fizemos, cai-nos, porque é de taipa ele mão e de palha; agora ajuntarei estes senhores mais honrados

que nos ajude mar e pará-la, até que Deus queira dar outra igreja de mais dura. Se a V. R.^a parecer bem, fale nisto a El Rei, senão os Padres, que vierem, farão outra que dure outros três anos, porque virão com fervores; que nossas mãos já não poderão fazer outra, senão daqui quinhentas léguas pelo sertão (Cartas Jesuíticas II- Cartas Avulsas 1550- 1568, Oficina Industrial gráfica- 1931, pp. 26-27)

Muitas dificuldades surgiram para os jesuítas, fosse no âmbito culturale/ou no âmbito do contato onde a tradição teria que virar tradução, ou seja o autóctone (índio) teria que ser traduzido. A terra desconhecida e vasta a ser “conquistada” tomou também tempo e causou incertezas no plano de catequização dos jesuítas.

O segundo período da educação colonial é denominado por Saviani (Saviani, 2013, p. 31) como o *RatioStudiorum* – *RatioAtqueInstitutioStudiorumSocietatislesu*. O *RatioStudiorum* teve sua oficialização no ano de 1599 por Claudio Aquaviva, quinto geral da Companhia de Jesus e é um documento considerado como um conjunto de regras destinadas à organização da vida de estudos nos colégios, tendo como objetivo dar parâmetro para a educação, avaliar as responsabilidades e atribuições e reger as formas de avaliação estabelecendo metas, objetivos e procedimentos universais (TOLEDO, 2000 apud STORK, 2016).

O intuito dos jesuítas quando propunham o *RatioStudiorum* era o de fornecer uma formação verdadeiramente religiosa, de forma a se utilizar da lógica educativa, que é distribuída pelos níveis, pelos cursos, pela didática, pelos valores, como instrumentos para formar homens competentes e padres responsáveis e corajosos para assumirem os mais diferentes serviços, especialmente os concernentes às missões (COSTA, 2004, p. 224 apud STORK, 2016).

O Plano de Estudos do *Ratio*, que “foi constituído por um conjunto de regras cobrindo todas as atividades dos agentes diretamente ligados ao ensino” (SAVIANI, 2008, p. 55) que antes compunha somente o ensino de ler e escrever foi reformulado e em seguida passou a compor outros aprendizados, como Teologia, Filosofia e Humanidades, expostos a seguir:

I - Currículo Teológico (4 anos)

Teologia Escolástica: 4 anos com dois professores, cada qual com 4 horas por semana.

Teologia Moral: 2 anos com dois professores com aulas diárias ou um professor com duas horas por dia.

Sagrada Escritura, 2 anos com aulas diárias.

Hebreu, 1 ano com duas horas por semana.

II- Currículo Filosófico (3 anos)

1º ano – Lógica e introdução às ciências, comum professor, 2 horas por dia.

2º ano – Cosmologia, Psicologia, Física, 2 horas por dia e Matemática, 1 hora por dia.

3º ano – Psicologia, Metafísica, Filosofia moral com dois professores, 2 horas por dia.

III – Currículo Humanista (3 anos)

O currículo humanista corresponde ao moderno curso secundário, abrange no Ratio cinco classes: Retórica, Humanidades, Gramática Superior, Gramática Média e Gramática Inferior.

O Ratio Studiorum, no entanto, não é uma invenção *ad nihilo*, seus antecedentes intelectuais são o *Modus Italicus*⁷, o *Modus Parisiens*⁸, a filosofia tomista, principalmente no que diz respeito à sistematização do trabalho de Aristóteles e o *Trivium*⁹.

Entendemos, porém, que entre 1500 a 1800 não existia uma pedagogia brasileira, mas, sim, que essas ideias pedagógicas vinham da Europa e, se possível, eram artificialmente implementadas no Brasil (o que, no limite, significa dizer que nunca foram, de fato, implementadas). Levando em consideração a necessidade de haver maior quantidade de padres para que as

⁷ Programa surgido na Itália, como indica seu nome, e, em linhas gerais, se caracteriza pela ausência de um programa estruturado e de um apoio logístico ao aluno. Cf. Saviani, 2013, p. 50.

⁸ Método mais organizado e que tem como foco principal o ensino da Gramática latina. Cf. Saviani, 2013, p. 50.

⁹ Conjunto medieval das disciplinas básicas de ensino. Giram em torno da Gramática, Lógica e Retórica.

missões fossem cada mais bem-sucedidas, esses homens passam a ser subordinados a uma educação pautada pelas escrituras e pela *traditio* (tradição). Pois, no Ratio, a hierarquia, a ordem, a disciplina, *disputatio* (disputa) e as sabatinas (exames) eram aspectos centrais de sua estrutura.

Já o restante da população brasileira vivia sob as injustiças intrínsecas a um regime escravocrata e, por conta disso, não era contemplada nos planos educacionais do colégio. A uma sociedade que justifica, com sofisticadas casuísticas retóricas, a escravidão, era oferecida uma “educação conformativa”.

O período em que o Jesuitismo tinha o domínio da educação, entre 1549 e 1759, termina quando, por conta das reformas pombalinas, perdem o monopólio da educação e, posteriormente, a legalidade de funcionamento. A Ordem, depois de tamanho golpe, só será restaurada em 1814 pelo Papa Pio VII.

Enfim, a derradeira etapa da educação brasileira do período colonial é a da própria Reforma Pombalina. As ideias da Reforma Pombalina foram geradas por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (primeiro ministro de Portugal de 1750-1777). Essas reformas aconteceram nos âmbitos administrativo, econômico e educacional (que incluíam sua laicização e estatização) em Portugal, bem como em suas colônias. Por meio delas, pretendia-se a passagem da etapa mercantil para a industrial, conforme o exemplo da Inglaterra, porém, isto não aconteceu, ficando Portugal na dependência de seus acordos com a Inglaterra:

Com o Tratado de Methuen (1703), firmado com a Inglaterra, país já inserido no capitalismo industrial, o processo de industrialização em Portugal é sufocado. Seu mercado interno foi inundado pelas manufaturas inglesas, enquanto a Inglaterra se comprometia a comprar os vinhos fabricados em Portugal. Canaliza-se, assim, para a Inglaterra, o capital português, diante da desvantagem dos preços dos produtos agrícolas em relação aos manufaturados. Desta maneira, enquanto uma metrópole entrava em decadência (Portugal) outra estava em ascensão (Inglaterra).(RIBEIRO M. L., 2000, p. 29)

Neste período, o Marquês de Pombal, nomeado pelo rei de Portugal, D. José I, gera medidas com o intuito de transformar Portugal numa metrópole capitalista, como a Inglaterra. Pombal procurou industrializar Portugal, decretando altos impostos sobre os produtos importados, fundou a Companhia

dos Vinhos do Douro, incentivou a produção agrícola e a construção naval, reformou a instrução pública e fundou várias academias. Procurou organizar melhor a exploração das riquezas do Brasil, criou companhias de comércio, alterou o regime de contratos para a exploração dos diamantes, criando a Real Extração. Na área jurídica, criou tribunais e juntas de justiça.

Em 1755, proclamou a libertação dos indígenas no Brasil, confrontando proprietários de escravos índios e os jesuítas etambém criou o Diretório dos Índios para substituir os jesuítas na administração das missões.

Com a expulsão dos jesuítas, a educação existente passou para as mãos do Estado, o governo teria então que suprir a enorme lacuna deixada na vida educacional tanto portuguesa quanto das colônias:

A organicidade da educação jesuítica foi consagrada quando Pombal os expulsou levando o ensino brasileiro ao caos, através de suas famosas 'aulas régias', a despeito da existência de escolas fundadas por outras ordens religiosas, como os Beneditinos, os franciscanos e os Carmelitas. (Niskier, 2001, p. 34)

Cumprir lembrar que no Brasil tivemos mais de duzentos anos de educação dominada pelos jesuítas e quando foram expulsos possuíam vários conventos casas, igrejas e escolas. Eles construíram um patrimônio enorme que tentaram reconquistar no século XIX, ao retornarem.

Foi de quase trinta anos o tempo que o Estado português precisou para assumir o reorganizar a educação a ser oferecida em terras brasileiras. Através do Alvará Régio de 28 de junho de 1759, o Marquês de Pombal suprimia as escolas jesuíticas de Portugal e de todas as colônias e criava as aulas régias ou avulsas de Latim, Grego, Filosofia e Retórica, em substituição às disciplinas antes oferecidas. Na nova organização havia um Diretor Geral dos Estudos que deveria nomear professores e fiscalizar sua ação na colônia.

Os subsídios literários foram impostos criados com a finalidade de garantir a nova proposta:

Com os recursos deste imposto, chamado subsídio literário, além do pagamento dos ordenados aos professores, para o qual ele foi instituído, poder-se-iam ainda obter as seguintes aplicações: 1) compra de livros para a constituição da biblioteca pública, subordinada à Real Mesa Censória; 2) organização de um museu de variedades; 3) construção de um gabinete de física experimental; 4) ampliação dos estabelecimentos e incentivos aos professores, dentre outras aplicações (Carvalho, 1978, p. 128).

As aulas régias eram por conta do Estado, os professores eram contratados pelo Estado que os pagava com um recolhimento extra de impostos da sociedade, esses professores, eram o que podemos chamar de idealistas, pois lecionavam por prazer e por acreditarem na educação, pois o pagamento seus ordenados eram irrisórios.

7. CONCLUSÃO

Nosso país tem passado por muitas fases em seu processo de criação de identidade educacional. Este processo não encerra, ele é contínuo, acompanha e faz história. Vale ressaltar que alguns acontecimentos podem ter se mostrado mais marcantes que outros no processo, parecendo mais importantes, mas é fato que a história se faz a partir de cada um dos tijolos de sua edificação. Um se assenta sobre o outro. Sob esta ótica, tudo é significativo.

A história nos conta sobre os caminhos feitos pelos homens. As decisões, o encadeamento de ações e reações, as consequências. O estudo cuidadoso da história nos revela o que está por trás de processos. A história nos conta o passado e nos alinha para novas experiências. Conveniências, ética, poder, moral, submissão são temas de nossa humanidade que aparecem constantemente na história. E há muito mais!

Sabendo disto podemos afirmar que as ideias reflexivas em relação a um momento histórico passado podem ser transportadas para o cotidiano e na prática, fazer a história presente mais ética, cooperativa, participativa, etc. Não cairmos mesmos enganos de outrora, eis a questão.

Ao fazermos este trabalho nos convidamos à reflexão da nossa postura enquanto educadores. Pois em certa medida corremos o risco de que ela seja semelhante à postura dos Jesuítas que se arrogaram o direito de enxergarem-se superiores e de ver o diferente como errado.

Um passado no qual a constituição do caucasiano europeu sempre foi vista como correta. Podemos aprender relembrando suas imposições sobre

outra cultura denominada de inferior e que muitas vezes nem era considerada como humano.

Se extrapolarmos o texto pode perceber que de certa forma esta visão de cima para baixo impregna também nossa atualidade. Podemos dizer que os jesuítas promoveram uma barbárie sem igual aculturando e assimilando a cultura nativa, fazendo-a perder sua identidade. Muitas vezes realizamos isto também, pois nos esquecemos da vivência do outro e/ou sua experiência de vida, para colocarmos conceitos como absolutos e verdadeiros. Pretendemos deixar através deste trabalho uma semente de reflexão a respeito de nossas ações como educadores, os sabedores e sobre o espaço dado, ou não, aos parceiros dos processos de aprendizagem, sendo os nossos alunos.

8. REFERÊNCIAS

A Carta de Pero Vaz de Caminha, Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro
Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf>
Acesso em 21/05/2019

ALMEIDA, Jane Soares de. *Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?* São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo; Campinas: Autores Associados, 2007.

ANDRADE, Oswald de. *Poesias Reunidas*. São Paulo: Círculo do Livro, 1976

AZEVEDO, Fernando de. *A transmissão da cultura*. São Paulo: Melhoramentos; Instituto Nacional do Livro, 1976.

BAETA NEVES, Luiz Carlos. "Anísio Teixeira e a doutrina do nacional-desenvolvimentismo". In: MONARCHA, Carlos (org.) *Anísio Teixeira: a obra de uma vida*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2013.

CARVALHO, Laerte Ramos de. *As Reformas Pombalinas da Instrução Pública*. São Paulo: Saraiva: Ed. Universidade de São Paulo, 1978.

Cartas Jesuíticas II- Cartas Avulsas 1550- 1568. Rio de Janeiro: Oficina Industrialgráfica, 1935.

CUNHA, Luiz Antônio. "Ensino Superior e Universidade no Brasil". In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil.* Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FERNANDES, Florestan. *Ensaio de sociologia geral e aplicada.* São Paulo: Pioneira, 1960.

FRANCA, Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas.* Rio de Janeiro: Agir, 1952.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade.* Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal.* Maia & Schmidt Ltda: Rio, 1933.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos, decadência do patriarcho rural no Brasil.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936

HANSEN, João Adolfo. "A Civilização pela Palavra". In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil.* Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

HAUSER, Arnold. *História Social da Arte e da Literatura.* São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. "Mulheres na sala de aula". In: PRIORE, Mary del (Org.). *História das mulheres no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2001.

MAGALHÃES, Gonçalves de. "Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil". In *Revista Nitheroy*, I. Paris: Dauvinet Fontaine, Libraires, 1836, pp. 132-150.

MANACORDA, Mario Alighiero. *História da Educação.* São Paulo: Cortez, 1989.

MATTOS, Luiz Alves de. *Primórdios da educação no Brasil.* Rio de Janeiro: Aurora, 1958.

NISKIER, Arnaldo. *Educação Brasileira: 500 anos de História.* Rio de Janeiro: FUNARTE, 2001.

PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes.* Tradução de José Severo de Camargo Pereira. São Paulo: Ed. Fulgor, 1963.

RANGEL, Mary. *Métodos de ensino para a aprendizagem e a dinamização das aulas*. Papyrus Editora, 2014.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro – A Formação e o Sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

RIBEIRO, Maria Luiza. *História da Educação Brasileira: a organização escolar*. Campinas: Autores Associados, 2000.

ROCHA, “Maria Aparecida dos Santos. A Educação Pública antes da Independência”. In PALMA FILHO, João Cardoso. *Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação*. São Paulo: Unesp, 2005.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2008.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete S.B. *O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões*. Educar: Curitiba, 2008.

SILVA TOYSHIMA, A. M. D., MONTAGNOLI, G. A., & Costa, C. J. *Algumas considerações sobre o RatioStudiorum e a organização da educação nos colégios jesuíticos*. 2012

STORCK, J. B. (2016). Do modus parisiensis ao ratiostudiorum: os jesuítas e a educação humanista no início da idade moderna-Fromparisiensis modus for theratiostudiorum: thejesuitsandthehumanisticeducationatthebeginningofmodern age. *História da Educação*, 20(48)